

## Produção do Espaço e Dinâmica Regional

# Os deslocamentos pendulares na aglomeração urbana de Ponta Porã/MS e Pedro Juan Caballero/PY

Pendular displacements in Ponta Porã/MS and Pedro Juan Caballero/PY urban agglomeration

Desplazamientos pendulares em la aglomeración urbana de Ponta Porã/MS y Pedro Juan Caballero/PY

Cláudia Heloiza Conte<sup>1</sup> 

<sup>1</sup>Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, Brasil

## RESUMO

Este trabalho busca compreender as dinâmicas econômicas e sociais da aglomeração urbana de fronteira de Ponta Porã/MS e Pedro Juan Caballero/PY através dos deslocamentos pendulares. Trata-se de um processo comum e com muita intensidade nas aglomerações urbanas. Diante disso, buscou-se o entendimento teórico a respeito da formação das fronteiras e dos deslocamentos pendulares; o conhecimento da gênese e da formação dos dois municípios em tela, bem como as características e os elementos que compõem o deslocamento diário de brasileiros e paraguaios em busca de trabalho, ensino, saúde e comércio. Para tanto, a metodologia foi baseada em revisão bibliográfica sistemática e pesquisa de campo. Verificou-se que, de ambos os lados da fronteira, a travessia faz parte do cotidiano das populações, que cruzam a fronteira em busca de serviços e comércio de melhor qualidade e/ou com preços inferiores, além do intenso crescimento da procura pelo serviço de ensino, especialmente de brasileiros que atravessam a fronteira para estudar medicina nas faculdades privadas de Pedro Juan Caballero.

**Palavras-chave:** Fronteira; Fluxos; Dinâmicas sociais

## ABSTRACT

This work seeks to understand the economic and social dynamics in the urban frontier of Ponta Porã/MS and Pedro Juan Caballero/PY through commuting. It's a very common and very intense process in urban agglomerations. In view of this, the theoretical understanding was sought regarding the formation of borders and commuting, the knowledge of the genesis and formation of the two municipalities in question, as well as the characteristics and elements that make up the daily displacement of Brazilians

and Paraguayans in search of work, education, health, and commerce. It was found that, on both sides of the border, the crossing is part of the daily lives of populations who cross the border in search of better quality and/or lower priced services and trade, characteristics and elements that make up the daily displacement, in addition to the intense growth in demand for teaching, especially of Brazilians who cross the border to study medicine at the private colleges of Pedro Juan Caballero.

**Keywords:** Border; Flows; Social dynamics

## RESUMEN

Este trabajo busca comprender la dinámica económica y social de la aglomeración urbana fronteriza de Ponta Porã/MS y Pedro Juan Caballero/PY, a través de los desplazamientos. Es un proceso común y muy intenso en las aglomeraciones urbanas. Ante esto, se buscó la comprensión teórica sobre la formación de fronteras y los desplazamientos; el conocimiento de la génesis y formación de los municipios en cuestión, así como las características y elementos que componen el desplazamiento diario de brasileños y paraguayos en busca de trabajo, educación, salud y comercio. Se encontró que, a ambos lados de la frontera, el cruce es parte de la vida cotidiana de las poblaciones, que cruzan la frontera en busca de servicios y comercio de mejor calidad y/o menor precio, además del intenso crecimiento de la demanda del estudio, especialmente de brasileños que cruzan la frontera para estudiar medicina en los colegios privados de Pedro Juan Caballero.

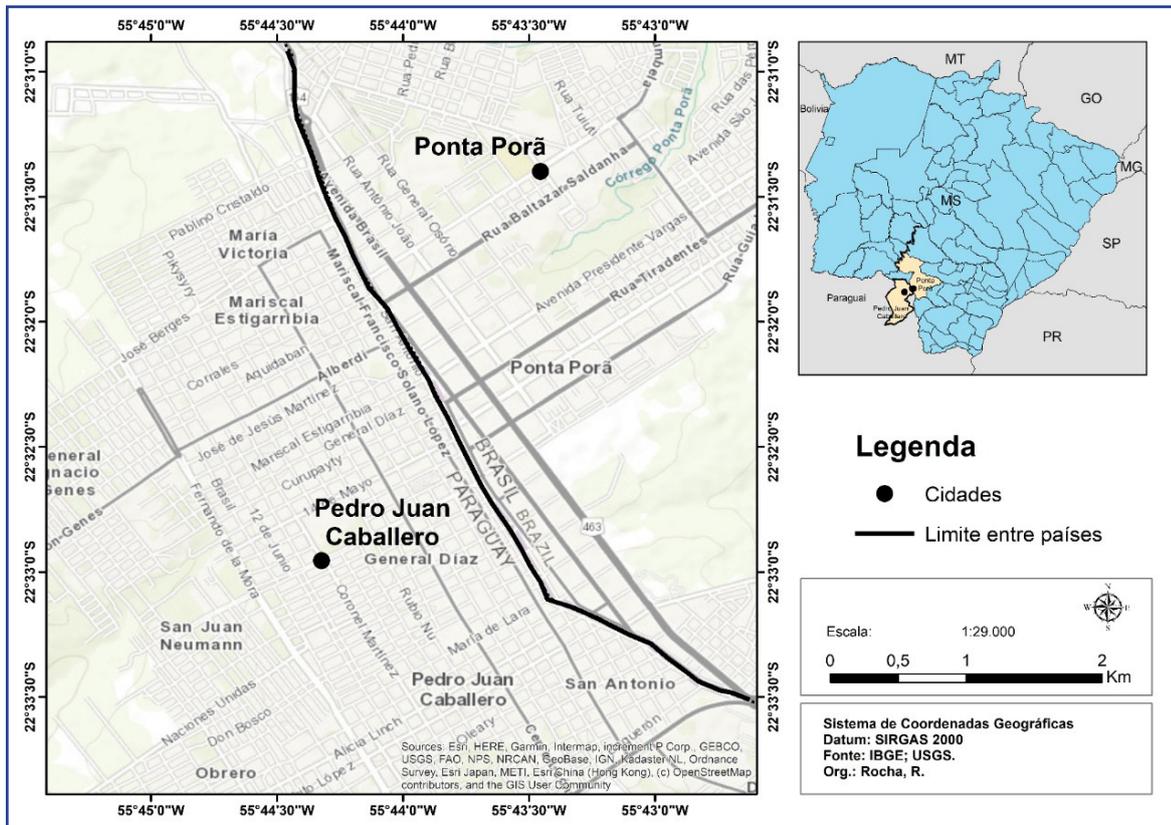
**Palabras-clave:** Frontera; Flujos; Dinámicas sociales

## 1 INTRODUÇÃO

A criação do estado de Mato Grosso do Sul se deu através da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977 (Brasil, 1977), pelo então presidente Ernesto Geisel. A partir dessa nova configuração, o estado passou a ter 79 municípios, dos quais 44 compõem a faixa de fronteira, e totaliza 1.578 quilômetros de extensão na linha que divide com a Bolívia e o Paraguai.

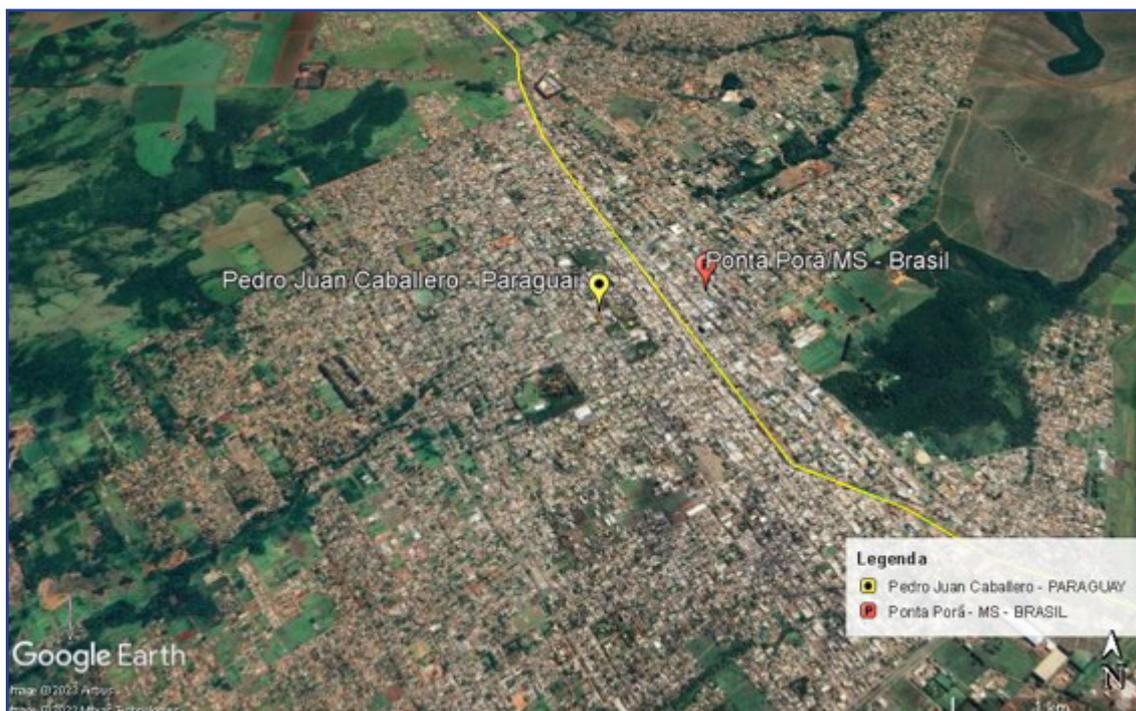
O estado é o segundo com maior número de cidades que fazem limites com outros países, sendo a maior parte com o Paraguai. Dos 44 municípios, 12 encontram-se especificamente na linha de fronteira e destes, oito contam com aglomerações urbanas, conhecidas também como cidades-gêmeas. As cidades de Ponta Porã/MS e Pedro Juan Caballero/PY representam essa situação, como se pode visualizar nas figuras 01 e 02, a seguir. De acordo com o censo de 2022, Ponta Porã conta com 92.017 habitantes, enquanto Pedro Juan Caballero, em 2012, contava com 88.189 (Dgeec, 2012).

Figura 01 –Localização de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero: 2020



Fonte: IBGE (2020)

Figura 02 – Malha urbana de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero: 2023



Fonte: Google Earth Pro, 2023

É a partir dessa realidade, ou seja, da singularidade da localização geográfica, composta por uma aglomeração urbana de fronteira, que o presente trabalho busca compreender como ocorrem os deslocamentos pendulares nesta área. Diante disso, considera-se que, os deslocamentos pendulares representam uma das “[...] dimensões dos processos de deslocamento da população no território, num contexto determinado e socialmente constituído, no tempo e no espaço” (Jardim, 2011, p.58).

Mesmo que o trabalho centralize nos deslocamentos cotidianos, deve-se levar em conta que esses não se realizam apenas para estudo e trabalho, pois envolvem outras atividades, a exemplo do consumo de bens e serviços. A articulação dos deslocamentos ocorre de acordo com o movimento da sociedade e da economia “[...] ora expansiva criando maior oferta de emprego e salário, ampliando os deslocamentos para determinados municípios seja para trabalho, consumo de bens e serviços; ora recessiva, com implicações diretas nos fluxos cotidianos” (Fresca, 2012, p.8).

Na discussão aqui feita é importante considerar também que, aglomeração urbana é “[...] una noción más extensa que la de ciudad y más precisa que la de área suburbana” (Beaujeu-Garnier; Chabot, 1970, p.21), pois se trata de uma junção entre duas ou mais cidades, que pode ocorrer pela expansão territorial urbana ou pela intensificação de vínculos. Além disso, as relações entre cidades que compõem uma aglomeração urbana podem ocorrer por complementaridade e/ou dependência de funções urbanas. Neste trabalho optou-se pela utilização do conceito de aglomeração urbana de fronteira.

A realização deste trabalho busca colaborar no entendimento das dinâmicas de deslocamentos, especialmente em aglomerações urbanas de fronteira, áreas que, embora tenham recebido maior atenção em termos de pesquisa, especialmente nas últimas décadas, ainda se apresentam como importantes objetos de estudo. Para alcançar o objetivo deste trabalho, foi preciso compreender a realidade dos municípios de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.

A pesquisa utilizou distintos procedimentos de coleta de dados. Para o entendimento sobre as temáticas vinculadas a formação socioespacial, aos

deslocamentos pendulares, economia, aspectos históricos e geográficos, assim como demais assuntos relevantes, foi realizada leitura de teses, dissertações, livros, artigos especializados, além de consulta em sites e órgãos governamentais. Além disso, ocorreu a realização de pesquisa de campo, com intuito de verificação empírica dos processos que conferem singularidade a esta aglomeração urbana de fronteira.

Para melhor discutir a temática em tela, o trabalho está dividido em três partes. Primeiro será realizada uma discussão teórica acerca das fronteiras, de suas características e dinâmicas. Posteriormente, será apresentada, brevemente, a gênese e o desenvolvimento econômico e social de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, para, enfim, discutir e analisar os deslocamentos pendulares nesta aglomeração urbana de fronteira.

### **FRONTEIRAS: alguns apontamentos**

Etimologicamente, o significado de fronteira está relacionado com frente, frontaria, face de uma coisa (Torrinha, 1942). Em francês – front, tem uma primeira ligação com a questão militar. É, todavia, com os grandes impérios que as fronteiras passam a ser representadas por fortificações, muralhas e fossos, no sentido de defesa territorial. Na maior parte das vezes, tratavam-se de espaços imprecisos e/ou vazios.

A expansão do Império Romano, a partir de 500 antes de Cristo, popularizou o chamado limes, que não se tratava de uma linha, mas de uma sucessão de fortes. A frente do limes existiam guarnições e patrulhas de frente. Para Lattimore (1937), instituir fronteiras para os romanos significava limitar a expansão de seus domínios, o que não era interessante para eles. Situação contrária ao que se deu na China, visto que seu interesse era justamente de estabelecer uma linha de separação.

Neste sentido observa-se que, na China a muralha tinha um papel mais defensivo e de proteção, enquanto em Roma, as limes se apresentavam mais expansionistas. Foi o desenvolvimento da cartografia, juntamente com as melhorias nos processos de navegação, os responsáveis pelas “descobertas” de novos continentes. Isso fez com que ocorresse uma maior preocupação com a precisão nos limites. De acordo com

Martin (1997), através dos mapas, as fronteiras passaram de representações para projeções. Neste sentido, o Tratado de Tordesilhas significou a primeira fronteira linear projetada.

É, todavia, entre os séculos XVIII e XIX que a palavra fronteira ganha conotação na Europa, especialmente quando Ratzel, através da geografia política, discute fronteiras com mais profundidade. Para Ratzel, a fronteira tinha a função de duplo movimento entre dois espaços, “um meio-termo, organismo periférico que avança ou recua dando a medida da força ou da fraqueza da sociedade que limita” (Oliveira, 2012, p.29). As fronteiras, na percepção de Ratzel, deveriam ser consideradas como instrumentos vivos, não apenas como linhas ou divisórias. A fronteira seria uma espécie de epiderme do Estado, ou seja, áreas geopoliticamente sensíveis.

É importante nesse contexto, evidenciar os estudos de Turner, um dos pioneiros na análise das fronteiras no continente americano. Através do trabalho “O significado da fronteira na história americana”, de 1893, apresenta uma nova perspectiva para o termo, ou seja, para ele fronteira estava relacionada com regiões de assentamento avançado, fronteira de colonização, o que deu um sentido econômico para a fronteira.

Ainda em relação às discussões acerca do termo, e de acordo com Machado (1998), é comum considerar os termos fronteira e limite enquanto sinônimos. Contudo, existem diferenças fundamentais que devem ser compreendidas. Para a autora, a palavra fronteira surgiu como um fenômeno da vida social, indicando a margem do mundo habitado.

Com o desenvolvimento da humanidade, as fronteiras passaram a ser locais de comunicação, adquirindo conotação política. Enquanto a fronteira é considerada perigosa, visto que pode articular e desenvolver interesses diferentes em relação ao governo central, o limite jurídico do estado é criado e mantido pelo governo central, não contando com existência própria. Enquanto a fronteira pode ser um elemento de integração, haja vista a possibilidade de ser uma zona de interpenetração mútua e de possível manipulação de estruturas políticas, sociais e culturais, o limite é um elemento de separação, pois separa unidades políticas soberanas e mantem-se como obstáculo (Machado, 1998).

Nesta discussão deve-se considerar que, a fronteira é plural, especialmente no que se refere às relações. Para Oliveira (2005), o fato de as fronteiras serem plurais torna-as também singulares, e são singulares em relação à nação e também entre si, pois cada fronteira é uma fronteira e essa situação de singularidade reflete na população que vive nesses espaços. Diante disso concorda-se com o autor (2005) no sentido de que a fronteira não é uma só, e para desvendá-la deve-se depreender as especificidades de suas ligações e de seus fluxos.

Albuquerque (2010), mostra que a noção de fronteira no mundo contemporâneo é composta de distintos sentidos, a exemplo de delimitações de territórios ou enquanto metáforas da vida social, como fronteiras porosas e rígidas, como barreiras ou travessias ou como limites e caminhos. Já Martin (1997,13), aborda a fronteira a partir do elemento humano:

[...] fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano.

Apesar de as fronteiras serem definidas em escala intranacional enquanto um subespaço nacional, elas podem ser/estar em distintas fases de integração com o território e com a dinâmica nacional. Arroyo (1997) explicita que as fronteiras são parte de uma área não homogênea, mas contígua, permeadas por uma divisão jurídica e política que as distanciam, mas que, ao mesmo tempo, as transformam em zona de contato. As fronteiras formais expressam o poder, que conseqüentemente lhe atribuem mobilidade através da expansão ou compressão dos domínios. Para Moura (1997), trata-se de uma situação que conduz ao entendimento das fronteiras enquanto áreas de risco.

O crescimento de algumas cidades, sobrepondo-se ao de outras, produz uma configuração espacial onde as relações e os traçados desenham mapas contínuos. Nesses aglomerados, os caminhos da ocupação ignoram contornos político-administrativos, as exigências de dotação de infra-estruturas e serviços independem de endereço e a comutação

diária constrói uma comunidade única (Moura, 1997, p. 96).

Nesta discussão, Pébayle (1994) aponta que as áreas de fronteira contam com uma organização espacial onde a origem é permeada por lógicas de fluxos econômicos de distintas naturezas, ou seja, uma com implicações estruturais e outra com implicações conjunturais. As de implicação estrutural caracterizam-se temporalmente como permanente, com referência as trocas de informações, bens, serviços, etc., entre espaços com atuações e especializações distintas, as quais podem ser provocadas por “compensações regionais”, além da complementaridade nas produções dos países. Os fluxos conjunturais, por sua vez, estão relacionados com as especificidades da política econômica, a exemplo das políticas monetárias e cambiais.

Por originais e obscuras que possam ser essas trocas, elas não deixam de animar cidades e zonas rurais fronteiriças e de conferir-lhes limites frequentemente elásticos, tal é a capacidade que o entusiasmo pelo contrabando tem de impor-se nos espaços distantes das fronteiras por ocasião de gradientes financeiros ou comerciais particularmente poderosos (Pebayle, 1994, p. 15).

As singularidades das áreas de fronteira envolvem os elementos sociais, políticos, jurídicos, econômicos e culturais que, da mesma forma que complementam, também limitam processos. De acordo com Oliveira (2005, p. 379), “Enquanto as leis no Estado-Nação funcionam de forma horizontal, onde todos, sem distinção, estão sob sua égide e suas imposições, na fronteira, existe um escopo legal dividido em duas partes”.

É importante considerar que cada aglomeração de fronteira conta com um nível de ligação com seu território contíguo. Neste sentido, a integração formal se dá a partir da legislação, por meio de acordos bilaterais diversos. Já a integração funcional ocorre através da articulação de agentes sociais e forças de mercado, ou nas palavras de Oliveira (2005, p.383) “[...] aquela que consolida a complementaridade cotidiana, os empréstimos de máquinas, instrumentos e equipamentos realizados, em especial, no setor rural, e as manifestações realizadas entre unidade de administração local não sustentadas em acordos jurídicos.”

As aglomerações de fronteira permitem distintos processos de integração e

também de conflitos. Soma-se a isso o fato de que, o desenvolvimento geralmente não é simétrico nessas áreas, pois ali vigoram leis distintas.

Tais assimetrias são interessantes por indicar, além de diferenças de grau de desenvolvimento econômico dos países, tipos diferentes de economia regional, e dinâmicas distintas de povoamento fronteiriço. Inserções mais favoráveis no espaço-rede nacional, condições geoambientais desfavoráveis ao povoamento, ausência de infraestrutura de articulação entre as aglomerações vizinhas, relações políticas entre as unidades administrativas locais e o governo central são outros fatores que influem sobre a evolução urbana das cidades fronteiriças (Brasil, 2005, p. 154).

Entre os fluxos que ocorrem nesses espaços, o fator trabalho apresenta uma maior dinâmica, haja vista as possibilidades, sejam formais ou informais, regulares ou sazonais. Os fluxos de capital, por sua vez, caracterizam-se pela difícil mensuração e pela relativa imobilidade, se comparada ao trabalho. Neste sentido, a lei brasileira normatiza os fluxos de capital estrangeiro, ao mesmo tempo, em que impede que estrangeiros possam ser proprietários de empresas no Brasil.

A mesma lei proíbe a instalação de empresas industriais com maioria de ações pertencentes a estrangeiros, o que não impede, por outro lado, que investidores brasileiros instalem unidades industriais e agroindustriais do lado menos desenvolvido em busca de trabalho barato e desorganizado (inclusive trabalhadores brasileiros residentes em qualquer uma das cidades-gêmeas), e de padrões ambientais menos rigorosos. Os lucros, no entanto, são invariavelmente drenados através da fronteira para o Brasil (Brasil, 2005, p. 157).

É importante considerar o fato de que os recursos naturais, especialmente a terra, apresentam menores custos do lado menos desenvolvido da fronteira (Lamberti, 2006). Outra questão fundamental trata-se dos desníveis na oferta e na disponibilidade de alguns serviços, a exemplo da saúde e da educação. Todas essas questões fazem com que as áreas de fronteira sejam espaços diferenciados dos seus respectivos territórios nacionais.

Na Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PRPDFF (Brasil, 2005), é apresentada uma tipologia que trabalha com as interações que ocorrem nas fronteiras. Neste documento, é explicitado que comumente

ocorrem situações de superposição de tipos de interação, sendo possível diferenciar a dominante. As cinco possibilidades de interação são: margem, zona-tampão, frentes, capilar e sinapse.

A margem é definida pela condição onde a população de cada lado do limite internacional mantém pouco contato entre si, à exceção de contatos familiares e/ou reduzidas trocas comerciais. A zona-tampão é caracterizada pelas zonas estratégicas, onde o Estado Central limita ou impossibilita o acesso à faixa e à zona de fronteira, geralmente através da criação de parques nacionais, áreas protegidas ou de reserva. Em relação às frentes, estas são definidas por tipos de dinâmicas espaciais, como a frente cultural, ou seja, afinidades seletivas, frente indígena, frente militar, etc. (Basil, 2005).

Já a capilar caracteriza-se por diversos processos, sendo que as interações podem ocorrer apenas no nível local, por meio de trocas difusas entre vizinhos fronteiriços com redes de comunicação limitadas ou enquanto resultado de zonas espontâneas de integração. A intervenção do Estado tende a ser pouca, ou seja, a primazia é local. E por fim, o modelo sinapse, o qual conta com alto grau de trocas entre as populações das fronteiras, com apoio do Estado e regulamentação de dinâmicas, especialmente as mercantis. Considerando que a aglomeração urbana de fronteira de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero se enquadra na tipologia sinapse, a seguir será abordada a gênese e o desenvolvimento da mesma.

## **GÊNESE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DE PONTA PORÃ E PEDRO JUAN CABALLERO**

Em 1719 ocorreu a fundação de Cuiabá e em 1748 Mato Grosso tornou-se capitania, sendo separada de São Paulo. O território de Mato Grosso, dessa forma, passa a ser organizado com o objetivo de proteção militar, especialmente diante da disputa por limites internacionais e por conta da exploração de diamante e ouro. É nessa perspectiva que ocorreu a criação de Albuquerque – atual Corumbá, em 1778, com papel estratégico, às margens do rio Paraguai (Costa, 2012).

Com o Tratado de Madri, os limites tentaram ser fixados pela primeira vez entre Portugal e Espanha, no que hoje corresponde à fronteira entre Brasil e Paraguai. Sua efetiva definição, no entanto, ocorreu apenas após a Guerra do Paraguai, com o Tratado de Limites, de 1872. Já as independências do Brasil, do Paraguai, bem como das demais nações hispano-americanas, colocaram em questionamento os limites territoriais desses países, visto que o Tratado de Santo Idelfonso (1777) não respondia efetivamente essa dúvida.

A partir desse momento, os governos do Paraguai e do Brasil iniciam um duradouro processo de negociações. O Brasil preocupava-se com os limites, especialmente em relação à livre navegação na bacia do Prata. O Paraguai, por sua vez, desde 1844 e governado por Carlos Antônio Lopez, utilizava a livre navegação como barganha, no intuito de conseguir limites mais vantajosos. Apesar dessas demonstrações, é apenas como o Tratado de limites que se tem as fronteiras delimitadas definitivamente (Costa, 2012).

Deste modo, ao tentar expandir seus limites territoriais sem recursos econômicos, políticos e militares, o Paraguai foi coibido pelos vizinhos com a Guerra. Neste sentido observa-se a efetivação daquilo que Ratzel (1987), em outras realidades chamou de “fronteira como detenção temporária de um movimento”, ou seja, Ratzel entendia a fronteira como um organismo periférico, que prossegue ou retira-se segundo a fraqueza ou força daquilo que o limita. Isso ocorreu com o Paraguai, ao empenhar-se na expansão de seu “espaço vital” por meio de uma saída pelo Atlântico.

No que diz respeito à fronteira em tela e de acordo com Goiris (1999), desde 1862 já eram feitas referências em relação à localidade de “Punta Porá” (atual Pedro Juan Caballero). Do lado brasileiro, a cidade de Ponta Porã começou a ser formada defronte ao que era conhecido como picada de Chiruguelo, local destinado à armazenagem da erva-mate que seria transportada ao porto de Concepción. É, contudo, a partir de 1893, com o estabelecimento de um pequeno comércio, que começa efetivamente o povoamento.

No ano de 1897 o governo do Paraguai revoga o acordo que dava isenção a

cobrança de impostos sobre produtos com origem do Mato Grosso. Considerou-se que a erva-mate do Brasil competia de maneira desigual, pois circulava livre de impostos nos dois países, enquanto sobre a erva-mate do Paraguai incidia imposto de exportação. Na contrapartida, o governo brasileiro proibiu o tráfico comercial paraguaio, que abastecia o Brasil. Diante disso, no final do século XIX comerciantes de Concepción dirigiram-se e estabeleceram seus comércios em Punta Porá.

Segundo Torrecilha (2013), dois fatos políticos foram fundamentais para a estruturação dessa fronteira. Tratam-se da Guerra do Paraguai e da exploração pela Companhia Matte Laranjeira, dos ervais nativos. Esta se beneficiou por ser a única empresa, em ambos os países, a explorar os ervais durante muitos anos. A erva-mate era exportada para a Argentina desde 1870 e esse processo ocorria por meio da picada Chiriguelo, que cortava o interior do Mato Grosso até Concepción, passando por Ponta Porã.

A gênese de Punta Porá (atual Pedro Juan Caballero) está relacionada com a necessidade de reconstrução da Picada Chiriguelo para a travessia da comissão, pois a mesma estava fechada desde 1870, quando das últimas operações da guerra. A partir deste momento, as carretas voltaram a circular por ali, em direção à parada de Punta Porá (Goiris, 1999). Tratava-se do transporte de mercadorias vindas do porto de Vila Concepción, destinadas à demanda dos trabalhadores da fronteira, das fazendas e da população que ia surgindo aos poucos. Era por esse caminho que também passava a erva-mate, que logo após a Guerra voltou a ser explorada.

Irónicamente, ese despunte yerbatero, se va a dar justamente entre los países que participaron de la guerra. La Argentina importaba yerba mate, el Brasil producía y exportaba y el Paraguay, era el camino de acceso para la exportación, además de ese país que proporcionaba la mano de obra en los yerbales. En las zonas fronterizas se va a concretizar una estrecha y profunda relación de cooperación entre brasileños y paraguayos (Goiris, 1999, p. 134).

Thomaz Laranjeira iniciou seus trabalhos em 1877, se estabelecendo em Concepción. A distribuição dos ervais ocorria desde a foz do rio Pardo, no rio Paraná, até Sete Quedas, percorrendo a linha de fronteira com o Paraguai até Ponta Porã e

pela serra de Maracaju até os limites atuais com o Paraguai, até Ponta Porã. Pela serra de Maracaju até os atuais limites de Sidrolândia, daí pelo rio Pardo até sua foz no rio Paraná. Ocorreu ainda, mesmo que em menor escala, na área entre as serras de Bodoquena e Maracaju, no município de Porto Murtinho (Arruda, 1984).

Os ervais encontravam-se, majoritariamente, em terras devolutas e, por isso, para sua exploração era necessária a concessão do governo. A primeira concessão feita a Thomaz Laranjeira teve duração de dez anos e permitia a exploração dos ervais localizados nos limites da província de Mato Grosso com o Paraguai. Com a promulgação da República, foi alterada a formação das autoridades estaduais, com as quais Thomaz mantinha amizade. Desta forma, em 1892 foi realizada uma licitação para o arrendamento de ervais localizados no sul do rio Iguatemi, no qual a família Murtinho foi beneficiada.

Foi nesse contexto que se deu a criação da Companhia Matte Laranjeira, com feições empresariais e instalação de melhor infraestrutura, haja vista a sociedade com o Banco Rio e Mato Grosso.

Dos intereses en el Estado de Mato Grosso estaban contrapuesto; de un lado la familia Murtinho con sus asociados, miembros de la Compañía Matte Larangeira, que querían conservar el monopolio de la Matte y su política de dominio sobre el sur del antiguo Mato Grosso, frenando el proceso de poblamiento de la zona y del otro Generoso Ponce que había roto su alianza con aquella poderosa familia en 1898, uniéndose a otros "Coroneles" cuyo poder era oriundo de la propiedad de haciendas y del comercio y que veían a los Murtinho contrario a sus intereses (Benítez, 2008, p. 143).

Segundo Benítez (2008), o comércio que vinha sendo desenvolvido preocupava a Matte Larangeira, pois estava em formação um núcleo populacional próximo à Companhia, que se encontrava nas proximidades da parada de Punta Porá, na entrada da picada Chiriguelo. Até 1897, foram construídas 32 casas, a maior parte destinada ao comércio.

De forma geral, com o término da Guerra do Paraguai, as áreas próximas às fronteiras foram sendo ocupadas. Soma-se a isso o tratado de livre comércio assinado entre Brasil e Paraguai em 1883, que passou a permitir de forma legal as práticas já

realizadas. Tal acordo perdurou até 1898, quando o Paraguai passou a realizar livre comércio com a Argentina e deixou o acordo com o Brasil. “Por detrás de todo esto estaba la lucha entre dos fuertes rivales de un lado la Companhia Matte Laranjeira y del otro la Industrial Paraguaya S. A” (Benítez, 2008, p. 231).

Com esse acordo, a Matte Laranjeiras passou a ter a obrigação de pagar impostos para escoar seu produto por meio do porto de Concepción. Diante disso e atrelado ao fato de ter que dirigir-se até o Porto Murtinho, a companhia deixou a área de Capibary. Com essa mudança, se deu o crescimento do povoado e, em 1899, foi decretada a criação de uma Comissaria de Política na paragem de Punta Porá e no ano seguinte o povoado foi elevado à categoria de Departamento, passando a chamar-se Pedro Juan Caballero, uma homenagem aos envolvidos na independência. Em relação à cidade brasileira, em 1900 foi criada a Paróquia de Paz de Ponta Porã e em 1912 foi oficializada a criação do município (Goiris, 1999).

Em 1917, se forma a sociedade Empresa Matte-Laranjeira, constituindo-se na maior empresa do setor na América do Sul. Com isso, a empresa beneficiou-se em vários sentidos, a exemplo da concessão de extensas áreas de terra e benfeitorias que vinham junto a isso, como a construção de pontes, estradas, portos, etc. Essa situação, no entanto, criou descontentamento:

Os pequenos empreendedores ervateiros, junto com outros pecuaristas gaúchos, na medida em que foram contrastando interesses em relação à grande empresa, deparam-se com situações de confrontos comerciais e de exploração da erva, lutando entre si no acesso aos recursos da terra (Le Bourlegat, 2000, p. 217).

A partir da década de 1930, especialmente com o governo de Vargas, as fronteiras brasileiras passam a receber uma atenção especial. As novas ações atingem a Matte-Laranjeiras, no sentido de que passou, através do nacional desenvolvimentismo, a ocupar-se de políticas de colonização e ocupação de espaços vazios, a exemplo da Marcha para o Oeste. Nesta perspectiva, em 1943 foi criado o Território Federal de Ponta Porã, por meio do decreto-lei 5.812.

Com isso, a região recebeu uma série de investimentos, como o ramal ferroviário,

que apesar de ter sido implantado em 1953, está ligado aos objetivos iniciais da federalização do território. Apesar disso, em 1946 o território de Ponta Porã foi extinto, fazendo com que a cidade de Ponta Porã deixasse de ser o centro desta área, embora a base econômica, como nos mostra Lamberti (2006), não tenha sido alterada até a década de 1960, quando da decadência da atividade ervateira. Nessa discussão e considerando a relação do Brasil com o Paraguai, Goiris (1999, p. 250) evidência que:

Es importante apuntar la diferencia entre la economía del Paraguay y del Brasil en la década del 50. En el Brasil, entre 1956 y 1961, se verifico un avance de la producción industrial, donde se incluyen automóviles, máquinas industriales y electrodomésticos. Además, se notó un aumento de la participación del gobierno y de las empresas extranjeras en las inversiones. En el Paraguay se notaba todavía una sociedad que convivía con relaciones pre-capitalistas de producción.

Da mesma forma como ocorreu em Ponta Porã, a erva-mate era a principal fonte de renda para a população de Pedro Juan Caballero entre o século XIX e o início do século XX. Além da maioria dos trabalhadores da Companhia Matte Laranjeira serem da cidade paraguaia, Pedro Juan Caballero era rota de circulação para que a erva-mate chegasse ao porto de Concepción, principal porto com destino à Argentina e Europa. Nessa dinâmica, ocorria o seguinte: na ida era transportada a erva-mate, e na volta traziam mercadorias diversas, como açúcar, azeite, sal, etc.

Na dinâmica da erva-mate, é importante considerar que os maiores beneficiários foram os argentinos, que eram os investidores e tomavam as decisões e as atividades de maior valor agregado, ou seja, a industrialização e a comercialização. É nesta perspectiva que se deu a decadência da Matte Larangeira, visto que foi a partir do crescimento da produção de erva-mate em terras argentinas que esta se efetivou. Soma-se a isso a Guerra do Chaco (1932-1935) e as mudanças políticas ocorridas no Brasil com o início do governo de Getúlio Vargas (Benítez, 2008).

Com o declínio da erva-mate em Pedro Juan Caballero, verifica-se a cafeicultura como nova possibilidade econômica para o município. O marco desse processo é 1953, quando da instalação da Companhia de Fomento Econômico – CAFE. No entanto, em poucos anos, atrelado a geadas que ocorreram no local, a empresa decreta falência

(Lamberti, 2006). A autora aponta ainda que, a partir de 1960, passam a ser cultivados nessa área maconha e cana-de-açúcar, além da extração de madeira. É, contudo, o crescimento do turismo que torna essa fronteira dinâmica.

A partir da industrialização brasileira ocorreu a ampliação do comércio do país, sendo inclusive uma alternativa mais atraente. “[...] los moradores de la frontera siempre supieron quitar provecho de los altos y bajos del comercio de uno y del otro lado del hito” (Benítez, 2008, p. 260).

A fines de la década de 60, se intensificaba el comercio fronterizo. Los turistas brasileños empezaban a llegar a la frontera. Este va a ser el rubro económico más duradero y promisorio para la ciudad de Pedro Juan Caballero. Casi toda la economía de la región se va a sustentar en la venta de mercaderías y productos importados, particularmente de los países asiáticos, europeos y también norteamericanos. Algunos factores, como el asfaltado de las rutas; la llegada del ferrocarril a Ponta Porã, que possibilitó la unión con Campo Grande y São Paulo y; después, la inauguración de una terminal aérea en Ponta Porã, fueran decisivos para el incremento del turismo comercial (GOIRIS, 1999, p. 258).

Após mais de um século de fundação, as cidades contam com alterações importantes. Pedro Juan Caballero é a capital do departamento e Ponta Porã o quinto município mais populoso de Mato Grosso do Sul. Ponta Porã conta com uma extensão territorial de 5.328,5 km<sup>2</sup>, dos quais 100 km<sup>2</sup> dizem respeito à área urbana. Pedro Juan Caballero, por sua vez, tem uma superfície de 5.678 km<sup>2</sup>, dos quais apenas 35 km<sup>2</sup> compõem a área urbana.

Os territórios dos dois municípios tangenciam-se através de uma área que representa o limite internacional, conhecida como a linha de fronteira, que conta com 13 km de extensão. No Brasil, o limite se dá pela Avenida Internacional e no Paraguai pela rua Dr. Francia, onde está atualmente disposta a maior parte das empresas ligadas ao comércio reexportador. O processo de ocupação e de urbanização ocorreram a partir da linha de fronteira.

Lamberti (2006) mostra que, em Pedro Juan Caballero o comércio é organizado de forma singular, visto que as três primeiras avenidas dispõem produtos ao mercado turístico, enquanto as ruas posteriores estão voltadas ao comércio específico da

população paraguaia, da mesma maneira como ocorre em Ciudad del Este. Em Ponta Porã, a dinâmica é inversa, ou seja, o centro comercial localiza-se nas três primeiras avenidas paralelas à linha internacional.

A dispersão da cidade brasileira pode ser explicada pela localização de três objetos geográficos correspondentes a áreas institucionais (o Aeroporto Internacional, o 11º Regimento de Cavalaria Mecanizada e a Estação Ferroviária). Já a concentração da cidade paraguaia pode sugerir a limitação da expansão dos equipamentos e serviços públicos (Lamberti, 2006, p. 75).

Lamberti e Martins (2010) mostram que, em 1994, o comércio em Pedro Juan Caballero movimentava uma média de 3.500 pessoas por dia, contabilizava cerca de U\$ 1 milhão em vendas diariamente. Em 2003, por sua vez, os números eram de 1.200 pessoas e U\$ 250 mil por dia. Oliveira (2012), em relação ao início do Mercosul e seu reflexo nesta área de fronteira, explicita que, o mesmo resultou em um efeito dúbio. Isso porque, de um lado, houve aproximação econômica entre os países-membros, por outro lado, contudo, isso se deu de forma gradativa e com muitas exceções.

[...] o bloco comercial pressupunha harmonização tarifária, o que significa a redução de tarifas de países como Brasil e Argentina e elevação (ou manutenção com efetiva cobrança) no Paraguai e Uruguai, tradicionalmente mais abertos comercialmente. Esse panorama carregou de incertezas as perspectivas para o comércio de reexportação entre Paraguai e Brasil. Comércio este afetado também pela maior fiscalização que resultou no fechamento de agências bancárias acusadas de envolvimento com operações de lavagem de dinheiro e evasão fiscal. Também impactaram negativamente as alterações nas cotas de produtos importados por brasileiros. Em 1992 o valor permitido era de até US\$ 500. Em 1996 esse valor caiu para US\$ 250 e em 1997 para US\$ 150, antes de subir, em 2005, para US\$ 300, valor este em vigor até o momento (Oliveira, 2012, p. 65).

A partir dessa breve abordagem a respeito da gênese e do desenvolvimento das cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, a próxima parte irá discutir as dinâmicas provenientes dos deslocamentos pendulares.

## **OS DESLOCAMENTOS PENDULARES NA AGLOMERAÇÃO URBANA DE PONTA PORÃ E PEDRO JUAN CABALLERO**

O deslocamento em aglomerações de fronteira é uma ação comum, devido a diversos motivos, a exemplo do comércio e dos serviços de saúde e ensino. Nesse sentido, ao abordar a temática dos deslocamentos pendulares motivados pelo ensino, é fundamental considerar o estudo de Freitas e Silva (2015), sobre a inserção de crianças bolivianas na educação infantil da cidade de São Paulo.

Mesmo não abordando diretamente o deslocamento em áreas de fronteira, essa situação está relacionada a estigmas que envolvem a produção da diferença e que podem auxiliar nas análises sobre o ensino em áreas de fronteira. Os autores apontam que as crianças bolivianas carregam traços étnicos e fenotípicos próprios, abordados de forma depreciativa. Soma-se a isso os entraves criados por conta do idioma, da burocracia, da documentação, etc.

Em relação à inserção de alunos paraguaios em escolas brasileiras, Santana (2019, p.14) afirma que esses estudantes sofrem preconceito, especialmente no sentido de que, “As questões étnicas e nacionais da fronteira estão relacionadas aos antagonismos sociais presentes no contexto escolar e marcam as relações conflituosas de modo similar às diferenças sociais”. O que diferencia os estudantes paraguaios da faixa de fronteira dos demais estudantes imigrantes, como os bolivianos citados anteriormente, é que, apesar das dificuldades mencionadas, estes, majoritariamente, possuem registro brasileiro, embora residam em Pedro Juan Caballero.

Martins et al (2017) estudaram a dinâmica da população em áreas de fronteira a partir do Programa Bolsa Família. Nesta perspectiva, o programa atendeu em 2015 aproximadamente 155.177 beneficiários no estado do Mato Grosso Sul, distribuídos em 79 municípios, entre eles, Ponta Porã. Os autores explicitam que nem todas as famílias com filhos matriculados nas escolas brasileiras usufruem do Bolsa Família, haja vista os entraves para o cumprimento das condições impostas pelo Programa. Apesar disso, deve-se considerar que o Bolsa Família favorece a diminuição da marginalização e exclusão social no contexto da fronteira, especialmente por exigir a contrapartida educacional.

Em 2016, existiam, em média, 12 mil alunos matriculados na rede municipal

e estadual de ensino, sendo 8.424 beneficiários do Bolsa Família. Os autores analisaram algumas escolas a fim de compreender o quantitativo de alunos paraguaios beneficiários do Programa. Em uma das escolas, eram 1.011 matrículas e 203,4 beneficiários do Bolsa Família, sendo 73 alunos paraguaios. Em uma segunda escola, foram contabilizadas 616 matrículas, com 17% (102) de alunos paraguaios. Nesta escola, eram 506 beneficiários do Programa, sendo que 85 residem no Paraguai (Martins et al, 2017).

Nesta dinâmica, deve-se considerar que a moradia dos estudantes não se trata de uma condição para ser beneficiário do programa, ou seja, não há como contabilizar concretamente o número de residentes no Paraguai que fazem parte desse grupo. Além disso, os autores argumentam que legalmente não há estudantes paraguaios matriculados nas escolas brasileiras, pois para os estudantes que moram no Paraguai é geralmente utilizado endereço de parentes ou amigos brasileiros.

Existe outra situação que pode justificar as famílias beneficiárias do Bolsa Família de residirem em Pedro Juan Caballero. Trata-se do valor inferior do aluguel, se comparado ao mesmo em Ponta Porã, e até mesmo da aquisição de moradias, além da energia elétrica e da água serem consideravelmente inferiores do lado paraguaio (Martins et al, 2017).

Assim como vem ocorrendo em Ciudad del Este/PY, em cidades da Bolívia e da Argentina, observou-se, em pesquisa de campo, o crescimento dos estabelecimentos de ensino na área de saúde em Pedro Juan Caballero. Para se ter noção desse aumento, basta considerar que, em 2008, eram duas instituições de ensino e, em 2020, já eram oito. Em relação ao número de estudantes, em 2020 foram registrados aproximadamente 12.000, sendo que 90% eram brasileiros. Entre as motivações encontra-se o fato de que o preço das mensalidades e matrículas são mais acessíveis se comparados ao mesmo serviço no Brasil, além de que, para ingressar, não é necessária a realização de processos seletivos.

A facilidade de acesso a Pedro Juan Caballero acentua a movimentação de estudantes brasileiros destinados a estudar no Paraguai. Essa dinâmica provocou

uma alteração significativa na paisagem e na economia das cidades, haja vista a expansão do setor de construção civil a partir da construção de moradias específicas para estudantes, da abertura de bares e restaurantes, academias, entre outros.

De acordo com Silveira et al (2019), em 2018 as mensalidades das referidas instituições de ensino variavam entre R\$ 900,00 e R\$ 1.545,00 (no primeiro ano do curso de medicina), podendo chegar a R\$ 2.550,00 no sexto ano. Como a maior parte dos estudantes são brasileiros, as faculdades contam com currículo parecido com os das instituições do Brasil, além de enfatizar o exame revalida, aplicado para médicos que se formam em outros países.

Assim como o ensino tem uma importância fundamental na dinâmica dos deslocamentos pendulares nessa aglomeração urbana de fronteira, o serviço de saúde tem apresentado movimentações consideráveis também. Pedro Juan Caballero conta com infraestrutura hospitalar insuficiente para atendimento de sua população total, ocorrendo deslocamento frequente de paraguaios para atendimento em Ponta Porã. Nesta discussão, Ferraro Júnior (2011) evidencia que os hospitais brasileiros são sobrecarregados diante da procura constante dos paraguaios. Na temática da saúde, uma situação tem sido bastante frequente, trata-se da procura das mulheres grávidas paraguaias para atendimento e parto em hospitais brasileiros.

A partir da realização do parto no Brasil, seus filhos poderão ter nacionalidade brasileira, além da possibilidade de contar com os benefícios sociais, como o Bolsa Família, por exemplo. Ferraro Junior (2011) aponta ainda que, de acordo com o consulado brasileiro em Pedro Juan Caballero, ocorre de os paraguaios solicitarem o Cadastro de Pessoa Física (CPF), o qual exige apenas um comprovante de endereço em território nacional. Com o CPF, os paraguaios tiram facilmente a carteira do SUS. No caso de tratamentos mais específicos e/ou mais graves, os paraguaios costumam tirar o visto de turismo, o qual não conta com maiores exigências, e dirigem-se especialmente para hospitais de Dourados e Campo Grande.

É importante mencionar nessa discussão as diferenças existentes na fiscalização de trânsito, que ocorrem em praticamente todas as fronteiras e que geram um

grande problema de saúde pública. No Paraguai, não é cobrado o uso do capacete, apesar de o mesmo estar previsto em lei. Além disso, carros com placa paraguaia estão praticamente livres da cobrança das leis de trânsito brasileiras. Essas e outras situações acentuam o índice de acidentes em ambos os lados da fronteira, ou seja, ocorre um incremento dos atendimentos hospitalares. Em 2018, Ponta Porã contava com três hospitais – dois públicos e um privado, além de 13 outras unidades de serviços médicos (Basil, 2018). Em Pedro Juan Caballero existe um hospital regional e 11 outras unidades de serviços médicos (Paraguay, 2016).

O número de atendimentos de estrangeiros pelo SUS é estimado em 40% do total, enquanto o número de partos é de 21,3% do total. “Esses partos não são faturados porque o SUS não autoriza o pagamento para estrangeiros (só em situações de urgência e emergência), sendo o município responsável pelo pagamento” (Pereira, 2013, p.16). Os repasses federais para a saúde são feitos segundo a modalidade per capita, calculada segundo os dados do IBGE, o que não inclui a população itinerante das fronteiras.

Nessa discussão, vale apontar a existência de um programa dedicado ao atendimento específico da população fronteiriça, criado em 2005, chamado SIS Fronteira. De acordo com Rocha (2019), o SIS Fronteira foi implantado em Ponta Porã em 2006. Neste ano, foram realizados partos em 335 mulheres paraguaias e 1.212 atendimentos de urgência e emergência, além de 572 atendimentos no Hospital Regional para a população de Pedro Juan Caballero. Tratam-se de atendimentos exclusivos do SIS Fronteira, não contabilizando os demais atendimentos efetuados pelo município. Após os primeiros anos do programa, de acordo com a autora, ficou difícil mensurar os atendimentos e os repasses realizados ao mesmo, haja vista os atrasos e as dificuldades de fiscalização.

Apesar de os serviços de saúde e ensino serem bastante utilizados e motivarem deslocamentos pendulares, o comércio continua sendo o maior motivo para a movimentação de um lado ao outro da fronteira. A falta de barreiras físicas entre os dois países torna o deslocamento livre, facilitando a movimentação em função de

trabalho, comércio, serviços, entre outros.

Paraguaios que atuam no comércio popular, geralmente gastam em Ponta Porã o que ganham em reais em seu país, driblando as perdas decorrentes do câmbio monetário. Pontaporanenses recorrem ao comércio paraguaio para adquirir toda sorte de produtos a preços acessíveis, enquanto o oposto se aplica quando o interesse é por adquirir produtos com débito parcelado, o que é raro no comércio paraguaio, ou mesmo comprar roupas e calçados de marcas brasileiras. É comum encontrar brasileiros, sobretudo a população de baixa renda, com moradia estabelecida em Pedro Juan Caballero, onde as despesas com água e luz são significativamente inferiores às do Brasil. Parentes cruzam a linha de divisa para visitar-se e são comuns os casamentos entre cônjuges de diferentes nacionalidades (Banducci Junior, 2011, p. 6).

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, em 2019 Ponta Porã contava com 12.370 empregos formais. Beck e Hoff (2020), ao tratar da dinâmica de paraguaios trabalhando no Brasil e brasileiros trabalhando no Paraguai, apontam que não há como precisar um número próximo, mas que existe um deslocamento considerável de mão de obra nesta fronteira. Neste mesmo ano, conforme os autores citados, o shopping China, sendo o maior shopping de Pedro Juan Caballero, empregava uma média de 600 brasileiros. Com exceção do shopping China, o estudo de Beck e Hoff (2020) mostra que, em Pedro Juan Caballero, existem outros 930 estabelecimentos comerciais e de serviços, ou seja, o número de brasileiros trabalhando na cidade paraguaia é muito grande. Já Ponta Porã, em 2018, contava com 1.700 empresas (Ibge, 2018).

No que diz respeito à infraestrutura voltada ao turismo, em 2016 existiam 13 estabelecimentos gastronômicos em Ponta Porã e 21 em Pedro Juan Caballero. Na cidade brasileira, existem quatro agências de turismo e na paraguaia são seis, enquanto Ponta Porã conta com oito hotéis, Pedro Juan Caballero possui sete (Garcia, 2017). O autor aponta ainda que, em 2015, 23.144 turistas estiveram em Pedro Juan Caballero, e 77.000 no estado do Mato Grosso do Sul, sem especificar o número exato daqueles que estiveram em Ponta Porã.

Dutra e Goettert (2009), por sua vez, mostram que, em 2006, 1.500 brasileiros trabalhavam no comércio de Pedro Juan Caballero. Os autores abordam uma questão

importante e diz respeito à inserção das mulheres no trabalho do outro lado da fronteira. Tratam-se, muitas vezes, de menores de idade, com uma carga horária entre nove e dez horas diárias, incluindo os sábados e em regime de revezamento aos domingos. Além disso, é importante salientar que no Paraguai não existem direitos trabalhistas e as férias, quando tiradas, são 1/3 das praticadas no Brasil, além, é claro, do salário ser inferior aos dos empregados paraguaios.

Por outro lado, os trabalhadores paraguaios que buscam ocupação em Ponta Porã contam, majoritariamente, com baixa escolaridade e ocupam vagas de servente de pedreiro, de serviços gerais, etc. Já as mulheres paraguaias ocupam trabalhos de domésticas, babás ou no pequeno comércio, especialmente nas lojas de roupas e calçados e que se encontram próximas à fronteira. Essas características seguem a mesma lógica da cidade paraguaia, ou seja, remuneração inferior à média ou até na clandestinidade. Os autores apresentam os dados: dos 1.800 empregados do comércio, em 2006, 10% eram estrangeiros, e destes, 60% eram legalizados e 40% ilegais (Dutra; Goetter, 2009).

Em Ponta Porã, em 2008, um taxista diz que só vai ao Paraguai para trabalhar e para abastecer o carro. É taxista à noite; de dia, trabalhador em fábrica de cerâmica em Pedro Juan Caballero, sem carteira assinada e sem direito nenhum. Abastece o carro com a gasolina do Paraguai porque é bem mais barata que a do Brasil, mas também é “bem mais ruim”. “Lá é assim”. O lado de lá é assim, sem direitos trabalhistas e combustível questionável. O lado de cá é diferente, mesmo sem emprego ou com gasolina cara. Centenas e até milhares de brasileiras e de brasileiros trabalham no comércio de reexportação em Pedro Juan Caballero (lojas paraguaias de produtos importados, principalmente, de países asiáticos). Do lado brasileiro, centenas e até milhares de paraguaias e de paraguaios; os homens, principalmente, na atividade da construção civil, mas “sempre tem a parada para o tereré”, “reclamam” os brasileiros. Mão de obra mais barata, também dizem (Dutra; Goetter, 2009, p. 7).

Apesar dessa proximidade, os autores supracitados evidenciam ainda que a distância persiste. Exemplificam essa situação através do Shopping China e a invisibilidade do “resto” da cidade paraguaia, ou em outras palavras, grande parte dos brasileiros que se destina a Pedro Juan Caballero direciona-se exclusivamente ao

shopping, ou seja, chegam e saem da cidade sem visitar outras partes da mesma.

O shopping China encontra-se no limite do perímetro urbano, próximo a BR 463. É a primeira possibilidade que os turistas encontram ao chegar à fronteira, visto que o mesmo se situa à margem da rodovia. A cota permitida pela Receita Federal Brasileira para compras de mercadorias importadas é de U\$ 500. No entanto, sabe-se que poucos são os que se atem a isso. "O Shopping China, ainda que tenha que lidar com um público diferenciado, mantém influência direta sobre o comércio popular que acontece no centro da cidade. Muitos lojistas, sobretudo os de origem asiática, costumam pautar sua jornada de trabalho pelo horário de atendimento daquele centro comercial" (Banducci Junior, 2011, p. 11).

Sobre o comércio de móveis e eletrodomésticos, Ponta Porã conta com o diferencial da possibilidade do crediário para o parcelamento do pagamento dos produtos. Em relação aos eletroeletrônicos, a cidade paraguaia é o principal mercado, tanto dos ponta-poranenses como demais turistas de outras áreas do Mato Grosso do Sul e dos demais estados do Brasil (Dokko; Lamoso, 2012). As autoras afirmam ainda que:

O comércio informal está presente na cidade de Pedro Juan Caballero com camelódromos e vendedores ambulantes, tornando o circuito inferior dominante na cidade. Assim como o comércio de Ponta Porã está mais presente com lojas intermediárias, além de lojas de artigo de luxo (joalherias, móveis planejados etc.), bancos, hotelaria, entre outros, com características de circuito médio e superior. Os circuitos das duas cidades ora competem (postos de combustíveis, mercados, eletrônicos etc.), ora se complementam (setor hoteleiro, lojas de artigos de luxo, prestação de serviços etc.), porém interagem e dinamiza o comércio de ambas as cidades, sobrepondo os limites territoriais (Dokko; Lamoso, 2012, p. 13).

Para Lamoso (2016), o movimento de compra de mercadorias no comércio de fronteira sofre influência de dois fatores: do poder aquisitivo concedido ao salário mínimo e do preço das mercadorias. Neste sentido, é importante frisar que, o turismo de compra, afetado pela variação cambial, muda o sentido do fluxo, contudo, não exclui o processo de acumulação, que passa a ocorrer no âmbito mercantil do comércio varejista, por vezes do lado paraguaio e por outras do lado brasileiro. "O cotidiano da fronteira em questão está para além da variação do câmbio, em um movimento

pendular de perde-ganha-perde que é, em si mesmo, o que mantém a organicidade da fronteira” (Lamoso, 2016, p. 184).

O dólar não é elemento exclusivo da dinâmica comercial ou maior intercâmbio nesta aglomeração de fronteira. Concorda-se com Lamoso (2016) no sentido de que existe nesta área uma dinâmica econômica própria e que está vinculada aos deslocamentos pendulares da população das duas cidades. Essa dinâmica diz respeito também à diferença de preços e das relações de trabalho.

A taxa de câmbio e a variação do dólar como moeda de compra são decisivas para a participação maior ou menor de turistas brasileiros que se dirigem ao lado paraguaio. No cotidiano da fronteira, entretanto, sua integração e complementaridade têm suporte em relações que se traçam pelos moradores do lugar, brasileiros, paraguaios e brasiguaios (Lamoso, 2016, p. 192).

Pereira (2002, p. 17), por sua vez, afirma que essas dinâmicas que ocorrem em áreas de fronteira, “deixam, no dia a dia, de ser espaço de separação e limite para configurar-se enquanto espaço permeável e de contacto”. Dessa forma, a população de ambas as cidades vivencia diariamente relações sociais permeadas por semelhanças e diferenças políticas, econômicas, sociais e culturais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A aglomeração urbana de fronteira composta por Pedro Juan Callabero e Ponta Porã apresenta uma intensa dinâmica econômica e social. No que tange especificamente aos deslocamentos pendulares, objeto de análise desse trabalho, verificou-se enquanto parte do cotidiano da população de ambos os lados da fronteira.

A demanda pelos serviços de ensino e de saúde mostraram-se bastante comuns, com destaque, sobretudo, para a intensificação dos deslocamentos motivados pelo ensino superior na área da saúde e em direção ao Paraguai. Trata-se de uma atividade relativamente recente, que ainda precisa ser melhor analisada e compreendida, mas que já mostra alterações importantes na economia e no dia a dia da população fronteiriça, haja vista o crescimento e a valorização imobiliária, por exemplo.

É, todavia, através do comércio e do trabalho que se verifica o maior número de deslocamentos pendulares. No entanto, o crescimento desta dinâmica não pode se desvincular de um elemento muito importante e precisa ser melhor estudado, que está relacionado, efetivamente, à precarização do trabalho. Essa precarização se acentua na medida em que se dá a sustentação através das possibilidades de precarização, com destaque ao não cumprimento das leis trabalhistas.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. L. C. **A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. São Paulo: Annablume, 2010.

ARROYO, M. A internalização do externo no ambiente dos negócios: novos elementos na dinâmica territorial. In: CASTELLO, I. R. et al., (Orgs). **Fronteiras na América Latina: espaços em transformação**. Porto Alegre; UFRGS/FEE, 1997.

BANDUCCI JUNIOR, A. Mercado popular na fronteira do Paraguai com o Brasil: parâmetros de legalidade e relações de alteridade. **PASOS**, [S.l.], 2015.

BECK, M. C.; HOFF, S. **A expansão do comércio de Ponta Porã/MS: 1890 a 2019**. Campo Grande: UFMS, 2020.

BEAUJEU-GARNIER, J.; CHABOT, G. **Traité de Géographie Urbaine**. Paris: A. Colin, 1963.

BENITEZ, S. A. C. **A la sombra de los perobales: Historia del poblado de Punta Porã Génesis de dos ciudades 1870 – 1902**. Asuncion: Imprenta Salesiana, 2008.

BRASIL. **Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977**. Cria o Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 13729, 1977.

BRASIL. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: Bases De Uma Política Integrada De Desenvolvimento Regional Para A Faixa De Fronteira**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, Grupo RETIS – IGEO/UFRJ, 2005.

COSTA, C. A. **A construção da concepção de natureza na fronteira de Ponta Porã/BR – Pedro Juan Caballero/PY e a produção do espaço urbano**. 2012. Dissertação (Programa de pós-graduação em geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTAS Y CENSOS (DGEEC). **Manual del Censista**.

DOKKO, R.; LAMOSO, L. P. Serviços de saúde privada na fronteira de Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai). **Ciência Geográfica**, São Paulo, v. 18, n. 1, jan/dez, 2014.

DUTRA, D. M. M.; GOETTERT, J. D. **Precarização do trabalho**: apontamentos a partir da mobilidade na fronteira Brasil-Paraguai. [S.l.]: UGAL, 2009.

FERRARO JUNIOR, V. G. Assimetrias Socioeconômicas e Fluxos Territoriais na Fronteira Brasil-Paraguai: Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. III Seminário de Estudos Fronteiriços. **Anais**, Corumbá, p. 1-16, 2011.

FREITAS, M. C. de; SILVA, A. P. Crianças bolivianas na educação infantil de São Paulo: adaptação, vulnerabilidades e tensões. **Cadernos de Pesquisa**, São Luiz, v. 45, n. 157, p. 680-702, 2015.

FRESCA, T. M. Deslocamentos Pendulares na Região Metropolitana de Londrina: uma aproximação. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 23, p. 167-191, 2012.

GOIRIS, F. A. J. **Descubriendo la frontera**: historia, sociedad y política en Pedro Juan Caballero. Ponta Grossa: INPAG, 1999.

INSTITUTO EUVALDO LODI. **Ciclo da Erva-Mate em Mato Grosso do Sul 1883-1947**. [S.l.]: Instituto Euvaldo Lodi, 1986. (Série Histórica Coletânea).

JARDIM, A. P. Reflexões sobre a mobilidade pendular. In: OLIVEIRA, L. A. P.; OLIVEIRA, A. T. R. (org). **Reflexões sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. p. 58-70.

LAMBERTI, E. **Dinâmica comercial no território de fronteira**: reexportação e territorialidade na conurbação Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. 2006. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2006.

LAMBERTI, E.; MARTINS, P. C. S. **Reexportação e turismo de compras na fronteira**: o caso das cidades-gêmeas Pedro Juan Caballero (Paraguai) e Ponta Porã (Brasil). Pelotas: Editora Universitária UFPEL, 2010.

LAMOSO, L. P. Salário mínimo e preços como determinantes de complementaridade em conurbações binacionais. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 36, n. 1, p. 177-196, 2016.

LATTIMORE, O. Origins of the Great Wall of China: A frontier concept in theory and practice. **Geographical Review**, [S.l.], v. 27, n. 4, p. 529-549, 1937.

Le BOURLEGAT, C. A. **Mato Grosso do Sul e Campo Grande**: articulações espaço-temporais. 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2000.

MACHADO, L. O. Limites, Fronteiras, Redes. In: STROHAECKER, T. M. (Orgs.). **Fronteiras e Espaço Global**, Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1998. p. 193-242.

MARTIN, A. R. **Fronteiras e Nações**. São Paulo: Contexto, 1997.

MARTINS, P. C. S. **A formação do território turístico de Pedro Juan Caballero (Paraguai)**. 2007. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2007.

MARTINS, L. M. D. da; SANTANA, M. L. S. da; VIEIRA, L. C.; SILVA, R. F. de; Sistema presença e gestão intersetorial na educação: diálogo exploratório sobre o Programa Bolsa Família (PBF) em escolas localizadas na região de fronteira. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 21, n. 3, p. 1464-1483, set./dez, 2017.

MOURA, R. O Urbano e as Redes. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 15, n. 1, p. 25-34, 1997.

OLIVEIRA, T. C. M. de. (Org.) **Território sem limites**: estudos sobre fronteiras. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005.

OLIVEIRA, T. C. M. de. Participação e desenvolvimento na fronteira Brasil-Paraguai – um exemplo. In: MELLO, S. P. T. de. **Administração Pública Contemporânea**: Temas para o debate. Pelotas: Editora da UFPel, 2012.

OLIVEIRA, M. G. de.; MACHADO, L. O. **As cidades-gêmeas Ponta Porã-Pedro Juan Caballero e Foz do Iguaçu-Ciudad del Este diante da des-articulação regional sul-americana**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

Paraguay: Censo Nacional de Población Hogares y Viviendas, 2012.

PEREIRA, J. H. do V. Brasiguaios ou fronteiriços? A noção de habitus para compreender o pertencimento cultural na fronteira Brasil-Paraguai. **Ideação**, Campus de Foz do Iguaçu, v. 15, n. 2, p. 129-148, ago.-dez, 2013.

PEREIRA, J. H. do V. **Educação e fronteira**: processos identitários de migrantes de diferentes etnias. 2002. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

PÈBAYLE, R. As regiões de fronteira e o projeto de integração no Mercosul. In: LEHNEN, A. C.; CASTELLO, I. R.; SCHÄFFER, N. O. (Orgs). **Fronteiras do Mercosul**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

RATZEL, F. **La Géographie Politique**: Les concepts fondamentaux. Paris: Fayard, 1987.

ROCHA, T. C. S. **A saúde e as fronteiras no âmbito da integração regional**: uma análise do SIS Fronteiras nas cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019.

SANTANA, M. L. S. da. Migração diária e estratégias de aculturação de estudantes paraguaios. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 10, n. 30, p. 125-149, 2019.

SILVEIRA, C. V. da; KUKIEL, E. D. G.; OLIVEIRA, E. S. dos. Dinâmica fronteiriça dos estudantes de medicina na cidade de Pedro Juan Caballero (Paraguai) e Ponta Porã (Brasil). **Anais XIII Encontro Nacional ANPEGE**, Natal, 2019.

TORRECILHA, M. L. **A gestão compartilhada como espaço de Integração na fronteira Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai)**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2013.

TORRINHA, F. **Dicionário – Latino português**. 2. edição. [S.l.]: Porto, 1942.

TURNER, F. J. O Significado da Fronteira na História Americana. *In*: KNAUSS, P. (org.) **Oeste Americano**: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner. Niterói: EdUFF, 2004.

## Contribuições de Autoria

### 1 – Cláudia Heloiza Conte

Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina. Professora adjunta dos cursos de licenciatura e bacharelado em Geografia e da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

<https://orcid.org/0000-0002-7537-0749> • [claudiaheloiza@yahoo.com.br](mailto:claudiaheloiza@yahoo.com.br)

Contribuição: Autora.

## Como citar este artigo

CONTE, C. H. Os deslocamentos pendulares na aglomeração urbana de Ponta Porã/MS e Pedro Juan Caballero/PY. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 28, p. e86117, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2236499486117>. Acesso em: data mês abreviado ano